

Ações afirmativas na UFMG: uma proposta política e pedagógica voltada para alunos e alunas negros

Nilma Lino Gomes¹

Resumo

O artigo apresenta a experiência do Projeto Ações Afirmativas na UFMG, um dos 27 aprovados no concurso nacional Cor no Ensino Superior, promovido pelo Programa Políticas da Cor, do Laboratório de Políticas Públicas da UERJ. Este projeto visa desenvolver uma proposta de ação afirmativa que tenha como foco o investimento na formação acadêmica dos alunos e alunas negros, sobretudo os de baixa renda, regularmente matriculados na graduação da UFMG. As atividades desenvolvidas pelo Projeto estruturam-se a partir de duas linhas de ação. A primeira envolve atividades para apoiar os estudantes beneficiários do mesmo, tanto do ponto de vista acadêmico quanto material. Pretende-se, também, apoiá-los para a futura entrada na pós-graduação. A segunda volta-se para o desenvolvimento da identidade étnico/racial desses alunos e alunas, a partir de debates, no interior da Universidade, acerca da questão racial na sociedade brasileira e do envolvimento dos beneficiários do projeto em atividades que visem a estimular e até mesmo a preparar outros(as) afro-brasileiros(as) pobres para o ingresso no ensino superior.

Palavras-chave: ações afirmativas, formação universitária de alunos e alunas negros, identidade étnico/racial.

Résumé

L'article présente l'expérience du Projeto Ações Afirmativas na UFMG, l'un des 27 approuvés au Concurso nacional Cor no Ensino Superior, promu par le Programa Políticas da Cor, du Laboratório de Políticas Públicas de l'UERJ. Ce projet vise développer une proposition d'action affirmative qui ait comme centre l'investissement sur la formation académique des élèves noirs, surtout ceux des segments défavorisés, régulièrement inscrits à l' UFMG. Les activités développés par le Projet sont structurés à partir de deux types d'actions. Le premier envolve activités qui soutiennent les étudiants du point de vue académique et matériel. Elles veulent, aussi, les soutenir pour une entrée à la pós-graduação. Le deuxième traite du développement de l'identité ethnique/racial des élèves, à partir de débats, à l'intérieur de l'Université, sur la question racial dans la société brésilienne et de leur participation en activités que visent stimuler et préparer d'autres afro-brésiliens pauvres pour entrer à l'enseignement supérieur.

Mots-clés: actions affirmatives, formation universitaire d'élèves noirs, identité ethnique-racial.

¹ Professora da Faculdade de Educação da UFMG. Coordenadora do Projeto Ações Afirmativas na UFMG.



Abstract

The article presents the experience of the "Affirmative Actions" project at UFMG; one of the twenty seven projects approved in the national contest "Color in Academic teaching", promoted by the "The Politics of Color" program of UERJ's Public Politics lab. This project aims to develop a proposal of an affirmative action which has its focus on the investment of black students academic formation, mainly low income students regularly enrolled as UFMG undergraduates. The activities developed by this project are structured according to two lines of actions. The first one encompasses activities to support the students favored by this project – both academic and material help. It also intends to support them for a future post graduation enrollment. The second line deals with the development of the ethnic and racial identity of these students through debates within the University. It also concerns with racial questions within the Brazilian society and involvement of supported students with activities that aim to stimulate and even prepare other poor Afro-Brazilian people to enroll in the University.

Keywords: affirmative actions, black students academic graduation, ethnic and racial identity.

A discussão sobre os diferentes processos de produção e legitimação dos saberes vivenciados por homens e mulheres na sociedade brasileira é um tema atual e de muita importância para aqueles que atuam no campo da educação, principalmente, para os profissionais que trabalham com as camadas populares. Os saberes produzidos pelos diferentes grupos sociais advêm não só das relações de classe, mas também de gênero, geracionais e de raça. No entanto, numa sociedade marcada por profundas desigualdades sociais, raciais e de gênero, como é o caso da sociedade brasileira, nem sempre a diversidade de saberes, os espaços em que são produzidos e os sujeitos que os produzem recebem a mesma atenção e consideração. As mulheres, os negros, os índios, os jovens e os velhos são exemplos de grupos sociais e culturais que participam de uma árdua luta em prol da legitimação dos seus saberes e de sua cultura.

Nesse contexto, a universidade brasileira, sobretudo a pública, enquanto instituição produtora, socializadora e legitimadora de determinados saberes e conhecimentos, há muito tem sido questionada pelos movimentos sociais. Mas, afinal, qual é a articulação entre o saber produzido no meio acadêmico e os movimentos sociais? Os saberes produzidos por esses movimentos, os quais apreendemos e estudamos por meio de pesquisas, dissertações e teses, retornam como uma contribuição social e política da universidade para esses grupos e para a sociedade? Ou ficam limitados às discussões acadêmicas com os nossos pares? E mais: será que os conhecimentos que têm sido produzidos pelos movimentos sociais, pelos setores populares e pelos diferentes grupos culturais são considerados como saber pela universidade?

Essas e outras questões vêm à tona quando penso sobre o título do grupo de trabalho intitulado "universidade e diferença", no qual se insere a experiência que relatarei a seguir. É muito significativo que a experiência de um projeto de extensão universitária, voltada para alunos negros e pobres da UFMG, seja discutida no contexto do "1º Seminário Internacional Trabalho e Educação: processos de produção e legitimação de saberes", promovido pelo Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação. Realizar análises e reflexões numa perspectiva que articule os processos de produção e legitimação dos saberes, enfatizando a relação entre universidade e diferença é, de fato, um desafio para a universidade brasileira do século XXI. Implica mudanças de estratégias e de concepções sobre o fazer universitário e uma outra visão sobre o saber produzido pela universidade.

Articular universidade e diferença implica, também, uma inserção maior da discussão sobre a diversidade étnico/cultural nos meios acadêmicos. Essa inserção exige de nós ousadia e determinação na construção de projetos e práticas universitárias em prol da democratização do acesso e da permanência bem sucedida dos grupos com histórico de exclusão social e discriminação racial, dentre os quais destaco o segmento negro da população.

E é esse segmento étnico/racial que o Projeto Ações Afirmativas na UFMG privilegia. Trata-se de um programa de extensão, sediado na Faculdade de

Educação da UFMG, voltado para um grupo étnico/racial e social específico: alunos negros, sobretudo os de baixa renda, regularmente matriculados em qualquer curso de graduação da UFMG.

Esse Programa iniciou suas atividades em agosto de 2002 e conta com a participação de treze professores das seguintes faculdades: Faculdade Educação, Faculdade de Letras, Escola da Ciência da Informação e Centro Pedagógico da UFMG. Também colaboram com essa proposta uma funcionária e três monitores do Instituto de Ciências Exatas. Os parceiros dessa experiência são: a Faculdade de Educação, a Pró-reitoria de Extensão, a Faculdade de Letras, a Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP) e, mais recentemente, o Centro Cultural da UFMG e a Secretaria Municipal de Educação.

É importante explicitar, aqui, como surgiu um projeto como esse no interior da UFMG e por que ele privilegia alunas e alunos negros e pobres. Considerando que a universidade já desenvolve ações voltadas para a ajuda socioeconômica aos alunos pobres, cabe perguntar: essas ações não atingiriam o público privilegiado pelo Projeto? Para esclarecer esse e outros questionamentos que sempre surgem quando falamos em ações afirmativas para negros no interior da universidade, faz-se necessário localizar o contexto das lutas sociais que possibilitou o surgimento de diversos programas de ação afirmativa direcionados à população negra no Brasil, os quais focalizam, prioritariamente, áreas como a educação superior e o mercado de trabalho.

Vale destacar que o surgimento do projeto aqui apresentado e de outros existentes no Brasil, preocupados com a melhoria da situação social, econômica e educacional da população negra brasileira deve-se à ação e à luta histórica do movimento negro brasileiro.

Mas como o movimento negro trouxe a questão das ações afirmativas para o nosso contexto social e político e qual é a relação entre essa história de luta e o Projeto Ações Afirmativas na UFMG? Para que compreendamos essa situação será importante retomar a luta do movimento negro em prol de políticas públicas que contemplem a diversidade.

Um breve relato sobre ações afirmativas no Brasil

Até a década de 1980, a luta do movimento negro brasileiro, no que se refere ao acesso à educação, tinha um discurso mais universalista: mais escolas, universalização da educação básica, mais vagas na universidade para todos. Porém, aos poucos, os integrantes desse movimento foram constatando que as políticas públicas de educação, de caráter universal, ao serem implementadas, não atendiam a grande massa do povo negro. A partir de então, o discurso e as reivindicações do movimento negro começam a mudar. É nesse momento que as políticas de ações afirmativas, que já não eram uma discussão estranha no interior da militância, emergem como uma possibilidade, constituindo, hoje, uma demanda política real e radical.

O que significa, afinal, "ação afirmativa"? De acordo com o jurista Joaquim



Barbosa GOMES (2001), diga-se de passagem, o primeiro negro a ser indicado para ocupar uma vaga de ministro no Supremo Tribunal Federal, pelo atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ação afirmativa configura um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, que visam ao combate da discriminação racial, de gênero e de origem nacional. Uma política de ação afirmativa tem como objetivo corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais, como educação e emprego (p. 40 e 41). As políticas de ação afirmativa significam uma mudança de postura, de concepção e de estratégia do Estado, da Universidade, do mercado de trabalho, os quais, em nome do discurso da igualdade, aplicam políticas e estabelecem critérios de seleção, ignorando a ressonância, nesses processos, de fatores como sexo, raça e cor.

Ao reivindicá-las, o Movimento Negro e demais defensores das ações afirmativas não estão discordando do princípio do direito universal, mas enfatizando que, numa sociedade com tamanha desigualdade social e racial, ele não é suficiente para atender grupos sociais e étnicos com histórico de exclusão e discriminação racial. Estamos, então, implementando a luta pelo reconhecimento da diferença, pelo provimento de políticas universais, sim, mas que caminhem lado a lado com políticas de ação afirmativa para a população negra.

As ações afirmativas não se restringem aos fóruns da militância negra brasileira. Atualmente, elas fazem parte de um compromisso assumido internacionalmente pelo Brasil durante a 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e realizada em Durban, na África do Sul, de 31 de agosto a 07 de setembro de 2001. Compromisso esse que está explicitado no estatuto da Igualdade Racial - hoje, em discussão no Congresso Nacional - e na criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, criada no dia 21 de março deste ano.

Um dos desdobramentos de Durban foi a intensificação, no Brasil, dos debates, nos meios de comunicação em massa, em torno das políticas públicas voltadas para a população negra. Além disso, o governo brasileiro, na época, mesmo com uma atuação tímida durante a conferência, comprometeu-se com a luta contra a discriminação racial e, após a conferência, iniciou uma série de ações para o desenvolvimento de políticas de ações afirmativas destinadas à população negra brasileira. Ao implementá-las, o Brasil estará, também, desenvolvendo ações de combate efetivo às desigualdades sociais.

E é nesse contexto que surgem, no Brasil, iniciativas como o Programa de Bolsas de Ações Afirmativas da Fundação Carlos Chagas para a pós-graduação e o Programa Políticas da Cor do Laboratório de Políticas Públicas

da UERJ, ambos com apoio da Fundação Ford.² É dentro deste último que se localiza o Projeto Ações Afirmativas na UFMG.

Em setembro de 2001, o Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, numa parceria com a Fundação Ford, lançou o edital de um concurso cuja iniciativa pode ser considerada inédita, até então, numa universidade pública brasileira. Trata-se do concurso Cor no Ensino Superior, promovido e administrado por um dos programas do LPP, o Programa Políticas da Cor. Os projetos aprovados têm duração de dois anos, de 2001 a 2003. Esse concurso destinava-se a financiar projetos de ação afirmativa orientados à promoção do acesso e/ou da permanência de membros historicamente excluídos das instituições de ensino superior, em especial, os afro-brasileiros carentes. Poderiam ser apresentadas propostas oriundas de organizações governamentais e não-governamentais, sindicatos, movimentos sociais e instituições de ensino superior brasileiras.

Essa iniciativa visa a estimular a implementação de projetos destinados a aumentar a probabilidade de os alunos negros de completarem o curso universitário, assim como projetos que estimulem o desenvolvimento ativo dos alunos socialmente desfavorecidos em atividades institucionais de docência, pesquisa e extensão.

Concorreram, em 2001, 287 projetos de várias regiões do Brasil, dos quais 27 foram aprovados: 13 da região sudeste, 2 da Norte, 7 da Nordeste, 2 do Sul, 3 do Centro Oeste. Do total de propostas aprovadas, 11 são projetos de acesso, 9 de permanência e 7 de acesso e permanência, a saber, 15 de universidades públicas, sendo 2 estaduais (USP e UNESP) e 13 federais; 7 de movimentos sociais, 3 de universidades privadas (1 em parceria com uma ONG) e 2 de prefeituras.

O número significativo de projetos enviados, principalmente pela Universidade, desmistifica a idéia de que, no Brasil, e, mais especificamente, na educação superior brasileira, as desigualdades raciais estejam resolvidas e, por isso, não devam ser tema das nossas preocupações. Mostra-nos que existem segmentos, tanto da sociedade civil quanto das universidades, preocupados com a perpetuação do racismo e da discriminação racial nas suas múltiplas formas, desde as mais veladas até as mais explícitas. Revela-nos, também, que investir em políticas de educação superior que atendam às necessidades socioeconômicas dos alunos é um passo importante, mas, para atingirmos realmente os segmentos historicamente excluídos da educação superior, há que se considerar a raça, juntamente com a questão da classe (a particularidade do aluno de escola pública) e do gênero. Esse é um dos desafios colocados para a universidade pública, hoje.

² A Fundação Ford tem sido uma forte apoiadora de projetos, desenvolvidos no Brasil, voltados para negros, mulheres e populações carentes, na perspectiva das ações afirmativas. A intensa atuação dessa fundação nesse tipo de experiência tem sido muito importante, porém, não podemos deixar de considerar que tal participação coloca em xeque a ação do Estado brasileiro na implementação de políticas públicas específicas, voltadas para setores que, historicamente, vivem processos de discriminação racial e exclusão social.



De Minas Gerais, somente o projeto da UFMG foi aprovado, o que não retira o mérito dos outros projetos enviados. A equipe do projeto entende que, para a UFMG, mesmo que o projeto tenha sido enviado, na época, por um grupo autônomo de 10 professores, essa aprovação aumenta ainda mais a nossa responsabilidade social de apresentar propostas concretas de ações afirmativas no contexto da universidade brasileira.

Mas quem são os professores e as professoras que propuseram o Projeto Ações Afirmativas na UFMG? São profissionais negros e brancos que acreditam na possibilidade de construção de uma sociedade e de uma universidade mais democrática para todos. Esses docentes também compreendem que, para se construir a democracia, é preciso reconhecer e respeitar as diferenças. E não só: é preciso reconhecer que, historicamente, as diferenças têm sido tratadas desigualmente. Isso implica construir políticas que intentem corrigir desigualdades, garantindo a igualdade de oportunidades para todos, sobretudo, para os grupos com um histórico de exclusão e discriminação, como é o caso do segmento negro.

O Projeto Ações Afirmativas na UFMG: objetivos e desenvolvimento

O objetivo principal do Projeto Ações Afirmativas na UFMG é desenvolver uma proposta de ação afirmativa que tenha como foco o investimento na formação acadêmica dos alunos e alunas negros, sobretudo os de baixa renda, regularmente matriculados na graduação da UFMG. Acreditamos que a universidade pública tem um compromisso social de reduzir os efeitos antidemocráticos dos processos de seleção e exclusão impostos aos negros brasileiros, sobretudo, àqueles que conseguem entrar para o ensino superior. Dessa forma, a equipe do projeto indaga: como as diferenças étnico/raciais têm sido tratadas no ensino superior? O que sabemos sobre as trajetórias escolares de alunos negros e brancos da UFMG? O que sabemos sobre a condição social desses alunos e como esta interfere no seu investimento acadêmico? Ao passarem pela graduação da UFMG, as alunas e alunos negros têm a oportunidade de participar de debates e discussões sobre as desigualdades sociais e raciais, um conhecimento cidadão que deveria estar presente em toda e qualquer área e não só na Educação ou nas Ciências Sociais?

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, ao analisar os dados da PNAD referentes ao pertencimento étnico/racial da população brasileira, articulados com a situação educacional, constatou que, no ano de 1999, 98% daqueles que se declararam negros, estavam à margem do ensino superior, restando-lhes uma participação de 2% no grupo dos estudantes universitários. Para o grupo branco entrevistado, na mesma faixa etária (18 a 25 anos), a participação no ensino superior era de 11%, restando um percentual ainda alto de 89% à margem da educação superior. De acordo com Rodrigo Ednilson de

JESUS (2003) se transformarmos esses percentuais em números absolutos, teremos que, naquele momento, a população de estudantes universitários brancos era de 9.504.000 (nove milhões, quinhentos e quatro mil), contra 1.440.000 (Um milhão, quatrocentos e quarenta mil) de estudantes negros.

Diante desses dados, a equipe de professores/as do Projeto Ações Afirmativas tem se perguntado não apenas sobre o que deve ser feito para que os 98% de estudantes negros que não entram na educação superior passem a ser representados nesse nível de ensino, mas também sobre o que tem sido feito com os 2% que entraram. Como desenvolvem sua trajetória? Quais são suas principais dificuldades? Qual a sua compreensão sobre a questão racial e os cruzamentos entre raça e classe social? Esses alunos enxergam-se como uma referência positiva para os outros negros que ainda não conseguiram entrar na universidade ou acabam incorporando a tendenciosa justificativa do mérito, que prima pelo individualismo e pela hierarquização de saberes e conhecimentos, tão difundida entre nós? E mais: esses alunos se reconhecem como negros e negras? Como esse processo de construção da identidade negra se dá no contexto da universidade?

A partir dessas indagações, o Projeto Ações Afirmativas na UFMG estrutura-se em duas linhas de ação. A primeira envolve atividades para apoiar os estudantes beneficiários do projeto, tanto do ponto de vista acadêmico quanto material. Pretende-se, também, apoiá-los para a futura entrada na pós-graduação. A segunda volta-se para o desenvolvimento da identidade étnico/racial desses alunos e alunas, a partir de debates, no interior da Universidade, acerca da questão racial na sociedade brasileira e do envolvimento dos beneficiários do projeto em atividades que visem a estimular e até mesmo a preparar outros(as) afro-brasileiros(as) pobres para o ingresso no ensino superior.

Quem pode participar do projeto? Como os alunos e as alunas são selecionados?

A seleção dos alunos e alunas integrantes do projeto é feita pela coordenação, junto com dois professores/as da equipe. Os alunos inscrevem-se para os cursos e oficinas e são submetidos a uma entrevista, durante a qual preenchem um relatório socioeconômico, recebem informações e busca-se verificar se o perfil do inscrito encaixa-se no projeto. Alguns requisitos serão considerados prioritários na seleção dos alunos e das alunas:

- ser negro/a e identificar-se como tal mediante ficha de inscrição e entrevista;
- estar regularmente matriculado na Universidade, seja em curso diurno ou noturno;
- apresentar condições para envolver-se nas ações previstas pelo projeto.



Atividades realizadas até setembro de 2003

Durante um ano de existência, já realizamos algumas atividades no interior da universidade, a saber:

- Seminário Nacional Ações Afirmativas na UFMG, no dia 20 de agosto de 2002;
- realização do primeiro encontro entre os alunos atendidos pelo projeto e a equipe do mesmo, no dia 08/03/2003;
- inserção do quesito cor nos formulários socioeconômicos da FUMP;
- formação de 3 turmas do curso de leitura e produção de textos e de 2 turmas do curso de informática;
- realização de oficina sobre identidades negras;
- formação de 2 turmas do curso de metodologia e elaboração de projetos de pesquisa;
- realização do Projeto de Extensão Identidades e Corporeidades Negras – Oficinas Culturais, com um grupo de 25 educadoras da Rede Municipal e Estadual de Ensino de Belo Horizonte;
- destinação de 3 bolsas socioeducacionais, numa parceria entre a FUMP e o Projeto Ações Afirmativas, envolvendo alunos negros atendidos pelo projeto;
- destinação de 2 bolsas de extensão;
- inserção de alunas e alunos negros atendidos pelo Projeto em outros projetos de pesquisa e de extensão desenvolvidos por professores/as da UFMG;
- participação no Seminário sobre Democratização do Acesso na Universidade, promovido pela reitoria da UFMG, em maio de 2003, para discussão sobre as cotas étnicas;
- realização do ciclo de debates "Polêmica da Raça: o olhar da sociologia e da biologia", no dia 04 de junho de 2003, no auditório da FaE/UFMG.

O que pretendemos:

- investir numa sólida formação acadêmica dos alunos e alunas negros;
- construir um espaço acadêmico de debate e reflexão sobre a questão racial na UFMG;
- contribuir para a construção de uma identidade negra positiva dos alunos e alunas integrantes do projeto;
- criar um espaço de troca e convivência para estudantes negros e brancos da universidade, no qual o tema das relações raciais seja debatido, problematizado e discutido;
- ampliar as experiências socioculturais das alunas e dos alunos negros;
- resgatar as histórias de vida e trajetórias de estudantes universitários negros da UFMG;
- realizar uma publicação envolvendo a produção de alunos/as e professores/as vinculados ao projeto Políticas da Cor e o resultado dos debates já desenvolvidos;



- estimular e desenvolver pesquisas futuras sobre a realidade étnico/racial da UFMG, a partir da análise dos dados referentes à autotransclassificação de cor do alunado, incluída, pela primeira vez, no ano de 2003, no formulário socioeconômico do candidato ao vestibular da UFMG;
- discutir com a reitoria da UFMG a realização de um censo étnico/racial, a exemplo do que foi feito na USP e na PUC/MINAS, para compreendermos o perfil étnico/racial da UFMG. O censo permitirá conhecer o perfil de alunos, professores e funcionários da universidade e analisar a situação destes no contexto da universidade e da sociedade brasileira. A partir desse perfil, poderemos discutir, com mais propriedade, a questão das cotas raciais como uma política da UFMG.

As nossas dificuldades:

- conciliar o tempo da equipe de professores, em seus diferentes níveis de inserção no Projeto, com as demandas e atividades acadêmicas cotidianas;
- conciliar os cursos oferecidos com o tempo de atividades acadêmicas dos alunos. As exigências dos cursos de graduação de origem dos alunos intensificam-se no final do semestre e isso acaba influenciando a dedicação e participação dos mesmos dentro do Projeto;
- acompanhar de maneira mais sistemática os alunos integrantes do Projeto, sobretudo, os que evadem dos cursos;
- negociar, no interior da universidade, a utilização de laboratórios e salas, aos sábados, para realização dos cursos;
- lidar com as diferentes leituras e interpretações políticas e ideológicas sobre o tema das ações afirmativas no interior da universidade. Ainda encontramos muita resistência por parte do corpo docente, discente e até mesmo de integrantes da administração e gestão da universidade em relação às ações afirmativas.

Concluindo...

Podemos dizer que um dos grandes méritos desse Projeto é a sua contribuição para a abertura do debate sobre a questão étnico/racial e sobre as políticas de ações afirmativas no interior da UFMG. E, nesse caso, não há como fugir do debate sobre as cotas raciais como uma modalidade de ação afirmativa que deveria ser implementada com urgência pela universidade. Acreditamos que somente a abertura de cursos noturnos não resolverá o problema do acesso da população negra à UFMG. É fato que precisamos de mais cursos noturnos de boa qualidade, porém, tal iniciativa já deveria ter sido encarada como uma tarefa da universidade pública que, lamentavelmente, ainda realiza pouco nessa direção. Contudo, as pesquisas sobre questões sociais e raciais revelam que iniciativas como essa ainda são muito tímidas diante do quadro de desigualdade racial que assola a população negra brasileira e da situação de acesso desta aos cursos superiores.



Não encarar a existência do racismo, da discriminação e da desigualdade racial e seus efeitos nefastos na vida da população negra, diluindo a especificidade da questão racial nos aspectos socioeconômicos é uma postura lamentável da universidade pública brasileira que, ao contrário, deveria assumir um compromisso com o público, com o povo. E isso inclui ver, entender, lidar e implementar ações que contemplem esse público na sua diversidade étnico/racial. Sabemos que isso não acontecerá da noite para o dia. Espera-nos um longo processo de debates, oposições, adesões, recuos e avanços. Mas sabemos, também, que para toda e qualquer mudança é preciso dar o primeiro passo. Estamos dando o nosso e, nem sempre, sair à frente é uma tarefa fácil.

Acreditamos que aqueles que estiveram presentes no seminário de lançamento do Projeto, no dia 20 de agosto de 2002, assim como os professores e professoras que têm ministrado os cursos, não conseguem mais olhar a situação do aluno negro da UFMG como antes. De alguma forma, todos estão implicados com o tema das ações afirmativas.

Esperamos que essa proposta, ainda que simples, possa nos levar à implementação de ações afirmativas como uma política da UFMG, as quais incluem as cotas e a construção de um programa institucional que vise à permanência bem sucedida para os alunos e alunas negros desta universidade.

Não podemos esquecer de que entrar para uma universidade pública, para o aluno negro e pobre, é uma tarefa difícil; contudo, para aqueles que conseguem vencer a barreira da seleção do vestibular, permanecer dentro dessa mesma universidade, com sucesso, é uma tarefa ainda mais árdua. As condições de vida, a estrutura da universidade, a acolhida universitária e a inserção no mercado de trabalho não são as mesmas para negros e brancos. Os depoimentos dos alunos e das alunas integrantes do Projeto Ações Afirmativas confirmam essa situação. E é essa realidade que queremos e precisamos mudar.

Referências Bibliográficas

- BARCELOS, Luiz Cláudio. Educação, um quadro de desigualdades raciais. *Cadernos Cândido Mendes/Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, n.23, p.37-70, dez.1992.
- BARCELOS, Luiz Cláudio. Educação e desigualdades raciais no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n.86, p.15-24, ago.1993.
- GOMES, Joaquim B. Barbosa. *Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade*. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2001.
- GOMES, Nilma Lino. *Cotas para a população negra e democratização da universidade pública*. Belo Horizonte, 2003. (mimeogr.)
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. Movimento negro e educação. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, set/out/nov/dez/, n.15, p.134-58, 2000.



HASENBALG, Carlos A. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. In: SILVA, Nelson do Valle e HASENBALG, Carlos (Org.). Relações raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., IUPERJ, 1992.

HENRIQUES, Ricardo. Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza: por um novo acordo social no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p.1-18.

HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

JESUS, Rodrigo Edinilson de. Expectativas e oportunidades reais: um estudo de caso entre jovens negros egressos do ensino médio no município de Ibitiré. Belo Horizonte, 2003, (mimeogr.)

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e o combate do racismo institucional no Brasil. Cadernos de Pesquisa. n.117, nov., 2002, p.219-46.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Sons negros com ruídos brancos. In: Racismo no Brasil. São Paulo/Peirópolis: ABONG, 2002, p.89-103.

